

DANTAS, ANA RAQUEL MATIAS; FREIRE, FLÁVIO
HENRIQUE MIRANDA DE ARAÚJO. "Migração e
Seletividade na Região Nordeste: Um Estudo a Partir dos
dados do Censo Demográfico de 2010", p.51-82. In
Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas
no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo:
Editora Edgard Blücher, 2015.
<http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-06>

3

CAPÍTULO

MIGRAÇÃO E SELETIVIDADE NA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Ana Raquel Matias Dantas e Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire

A desigualdade de renda no Brasil continua entre as maiores do mundo, apesar da constatação de queda recente nos últimos anos¹. Segundo o relatório sobre as cidades latino-americanas apresentado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU - Habitat), divulgado em 2012, o Brasil é a quarta nação com pior distribuição de renda da América Latina, ficando atrás apenas de Guatemala, Honduras e Colômbia².

A desigualdade de renda pode ser explicada por diversos fatores. Segundo Langoni (1973), variações na composição educacional da força de trabalho contribuíram para aumentar a concentração de renda. Dessa forma,

1 É o caso do estudo de Barros et al (2007) que observa declínio na desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2001 e 2005, destacando que 50% desse declínio deve-se a renda não derivada do trabalho, como de transferências governamentais e privadas e rendimentos dos ativos das famílias.

2 Informações sobre o relatório disponível em <http://www.onuhabitat.org/>

considera que a educação, medida através dos anos de estudo, constitui o principal fator determinante dos diferenciais de rendimento. Para Ferreira (2002) a desigualdade é resultado de diferenças inatas entre os indivíduos, diferenças adquiridas como escolaridade e experiência e pelas características do mercado de trabalho. Como enfatiza Barros e Mendonça (1996), o Brasil é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Além disso, apresenta elevado grau de desigualdade em educação. Em conjunto, esses dois fatores levam o país a uma das mais elevadas desigualdades salariais no mundo.

Recentemente surgiram estudos com intuito de analisar o efeito da migração na desigualdade de renda. Podem ser citados como exemplo os estudos de Mishra (2007), Liebig e Sousa-Poza (2004), Ferreira e Mattos (2006), Branchi e Barreto (2010), entre outros. A maior parte da literatura sobre migração e desigualdade agrega a questão da autoseleção. Nesse sentido, alguns autores chamam atenção para os migrantes positivamente selecionados (aqueles mais qualificados, com habilidades e espírito empreendedor). A ideia é que os fluxos migratórios são direcionados de regiões mais pobres para as regiões mais ricas. Assim, a migração tenderia a aumentar a desigualdade de renda na região receptora. No âmbito da literatura internacional, são largamente referenciados os estudos pioneiros de seletividade de trabalhadores como de Roy (1951), Borjas (1987) e Chiswick (1999). Para o Brasil, por exemplo, Santos Jr, et. al (2005), Silva e Silveira Neto (2005), aplicam o modelo teórico de Chiswick (1999) e analisam o efeito da variável migração controlada por outras variáveis sobre a distribuição de renda. A ideia desses autores era verificar se há migrantes positivamente selecionados na região estudada já que tal fato contribui para o aumento da desigualdade de renda. Santos e Ferreira (2007) analisam o impacto da migração interestadual sobre a distribuição de renda no Brasil, e se deparam com um resultado diverso do sugerido por Santos Jr., Ferreira e Menezes Filho (2005). Outra contribuição nesse tema é dada por Ribeiro e Correia (2009). Esses autores encontram que os migrantes da região Centro- Oeste constituem um grupo positivamente selecionado. Por outro lado, nos estudos que abordam migração em modelos de crescimento econômico e de convergência regional de renda, a desigualdade pode diminuir devido ao aumento da renda média dos estados, resultado deparado por Maciel, Andrade e Teles (2008).

A partir da revisão da literatura, percebe-se que não há ainda consenso acerca da relação entre migração e desigualdade de renda. Somado a isso, Oliveira (2011) depara com resultados indicativos de perda de atratividade migratória no Sudeste, e aumento da retenção da população na Região

Nordeste. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, está ocorrendo uma redução na corrente migratória entre Nordeste e o Sudeste, e aumento da migração de retorno às regiões de origem, sobretudo nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Sergipe³. A ausência de consenso, o aumento da retenção populacional no Nordeste aliado ao fato dessa região ser considerada a mais desigual do Brasil e um recorte espacial ainda pouco utilizado na literatura da migração seletiva, justifica a necessidade de explorar o assunto nessa região. Enfatiza-se também a importância do estudo no sentido de norteamento das políticas públicas para redução das disparidades na renda.

Diante do exposto, algumas perguntas norteadoras devem ser formuladas: 1) Até que ponto a elevada desigualdade na distribuição de renda encontrada na região Nordeste pode ser explicada pela migração? 2) A desigualdade de renda também é produzida devido à presença de imigrantes positivamente selecionados, recebendo salários melhores do que os não- migrantes? Nesse capítulo, o objetivo é analisar empiricamente o efeito da migração sobre o diferencial de renda entre os imigrantes e não-imigrantes nordestinos e com isso verificar se imigrantes constituem ou não um grupo positivamente selecionado.

Além dessa introdução, esse capítulo traz uma breve revisão teórica sobre migração e seletividade; apresenta resultados sobre os efeitos da migração na seletividade no nordeste a partir de análise descritiva, análise de correspondência e um modelo econométrico. Por fim, na última seção, encontram-se as considerações finais sobre os resultados encontrados, a luz da literatura sobre o tema.

EVIDÊNCIAS RECENTES DA SELETIVIDADE MIGRATÓRIA

A questão da seletividade está intimamente ligada a desigualdade de renda, visto que os indivíduos positivamente selecionados recebem, relativamente, maiores salários. Nesse aspecto, um ponto que merece ser ressaltado é o crescente debate em busca pela explicação do aumento nos diferenciais de salários no mercado de trabalho.

Embora em vários estudos empíricos a migração tenha encontrado efeito negativo sobre a desigualdade de renda, Haas (2008) acredita que as comunidades enviam migrantes diferentes, de forma que o impacto da migração vai depender da seletividade dos indivíduos. Por exemplo, a respeito dos

3 Mais detalhes ver: Reflexões sobre deslocamentos populacionais no Brasil. IBGE.

migrantes de famílias relativamente ricas, a migração muitas vezes tem um efeito inicial de aprofundar a desigualdade no destino.

O trabalho de Mishra (2007) é considerado o primeiro estudo econométrico do efeito da emigração sobre os salários em um país de origem. O autor examina empiricamente o efeito da emigração mexicana para os Estados Unidos sobre os salários no México seguindo a abordagem de Borjas (2003) e encontra impacto positivo do deslocamento dos trabalhadores sobre os salários. Suas estimativas sugerem que a saída desses trabalhadores mexicanos entre 1970 e 2000 aumentou cerca de 8 por cento o salário de um trabalhador médio. Encontra também que o impacto sobre os salários difere drasticamente em todos os grupos de escolaridade, o maior aumento nos salários se encontra no grupo entre 12 e 15 anos de estudo, sugerindo, portanto, que a emigração pode ser uma possível explicação para o aumento da desigualdade salarial no México

Liebig e Sousa-Poza (2004) analisam fontes de dados⁴ sobre intenções de emigração e demonstram que, na migração internacional, espera-se auto-seleção positiva mesmo na presença de elevada desigualdade de renda no país de origem. Somado a isso, a análise mostrou que o capital humano tem um efeito positivo sobre a propensão a migrar, e que uma maior desigualdade de renda tende a promover emigração. O indivíduo mais habilidoso e qualificado tem incentivo a se deslocar, mas também, os menos qualificados cada vez mais se sentem atraídos a migrar. Esses resultados têm implicações importantes para as políticas que utilizam incentivos financeiros com objetivo de atrair imigrantes qualificados.

Ainda em relação à desigualdade de renda e migração, para o Brasil, o estudo de Branchi e Barreto (2010) tenta mostrar como o mercado de trabalho pode causar parte da desigualdade de renda entre os trabalhadores migrantes. Estimando a equação de rendimentos de trabalho principal de cada ano do censo de 1991 e 2000 para a região metropolitana de Campinas, encontram um aumento da renda média dos trabalhadores dessa região, além do aumento do número de migrantes interestaduais mais jovens com menor nível de escolaridade. Esses últimos apresentaram maior homogeneidade interna e com isso menor desigualdade. Em relação ao grupo de migrantes intraestaduais, observou-se um perfil mais complexo e heterogêneo com maior remuneração e

4 Dados do International Social Survey Programme (ISSP), capta informações sobre intenções de migração, e não tem informações sobre o país de destino que cada entrevistado se refere implicitamente. As intenções de migração da maioria dos entrevistados se referem a outro país da amostra. Os autores incluem dados de todos os países de imigração tradicional (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) mais os países da Europa Ocidental.

elevado diferencial de renda por gênero, além de elevada taxa de desemprego (o que explica uma maior desigualdade de rendimentos nesse grupo).

A partir dos dados da Raismigra⁵, Ferreira e Mattos (2006) analisam a migração geográfica de trabalhadores no mercado formal de trabalho do Brasil entre 1995 e 2003. Comparando o vínculo de migrantes e não migrantes, confirmam que a migração contribuiu positivamente para aumentos reais na renda no destino.

A maioria dos estudos recentes refaz o exercício realizado por Santos Jr., et. al. (2005) que, abordando a questão da migração interna no Brasil, usando o mesmo procedimento que Chiswick (1978) e a partir da estimação da regressão minceriana do logaritmo dos salários, discutem a questão da seleção positiva dos migrantes usando dados da Pnad de 1999. Esses autores têm como objetivo verificar se os migrantes possuem melhores características não-observáveis que os não-migrantes. Se isso for verdadeiro, essas características podem agravar os diferenciais de renda entre os dois grupos, e, por conseguinte, os diferenciais inter-regionais de renda no Brasil. Adicionalmente, encontra um coeficiente positivo e significativo da variável *dummy* migrante, evidência de que os migrantes são positivamente selecionados. Ou seja, possuem melhores características não-observáveis em relação aos não-migrantes, e que ganham mais que esses últimos.

Silva e Silveira Neto (2005) refazem o exercício anterior utilizando o modelo de Chiswick (1999) para analisar se os migrantes tendem a ser favoravelmente auto selecionados no Brasil nos anos de 1993 e 2003. Seus resultados indicam que existe uma seleção positiva nos dois anos. Porém, a magnitude desta seleção diminui entre os anos de 1993 e 2003, fato explicado pela queda dos custos da migração no Brasil, que pode ter aumentado a mobilidade de migrantes menos qualificados em características não-observáveis e com consequentemente, redução da magnitude desta migração seletiva.

Por sua vez, Santos e Ferreira (2007) utilizam uma metodologia baseada em uma análise contrafactual com objetivo de determinar o efeito da migração sobre a distribuição regional de renda. Tal análise é feita comparando a amostra original que considera que há migração com a contrafactual sem efeitos da migração. Para isso, constroem o que denominam de “novos estados”. Por exemplo, um pernambucano que reside no Rio de Janeiro será deslocado para seu estado de origem, e retiram-se os migrantes de outros estados

5 Base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, derivada do registro administrativo Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo.

que moravam em Pernambuco. Ou seja, nos “novos estados” permaneceriam apenas os indivíduos nascidos em cada estado, como se não houvesse migração. Esses autores deparam com resultados que vão de encontro ao sugerido por Santos Jr., Ferreira e Menezes-Filho (2005), pois encontram que o efeito da seleção positiva de migrantes no aumento da desigualdade de renda é menor que o efeito da migração na diminuição da desigualdade, entendida por convergência de renda. Ou seja, Santos e Ferreira (2007) concluem que a migração provoca convergência de renda entre os estados brasileiros.

Ribeiro e Bastos (2004), a partir da ideia de autosseleção dos trabalhadores na ocupação exposta no modelo de salários proposto por Roy (1951), se propõem a estimar as taxas de retorno a educação nos estados brasileiros corrigindo o problema de viés de seleção gerado pela migração. “A migração pode ser um forte causador de viés de seleção nas estimativas de retornos à educação em uma equação de salários”. (Ribeiro e Bastos, 2004, p. 17). Além disso, a elevada desigualdade de renda pode ser resultado da autosseleção dos migrantes entre as regiões. Utilizam a metodologia desenvolvida por Dahl (2002) para corrigir o viés de seleção. Tal correção dependeria apenas da probabilidade de migrar para a região escolhida. Seus resultados apontam para a existência de um viés de seleção nas estimativas das equações de salários que não foi corrigido pela dummy de migração.

Menezes-Filho, Mendes e Almeida (2004), em um estudo para o Brasil, encontram uma correlação positiva entre a possibilidade de emprego no setor formal e características não observáveis dos trabalhadores. Em outras palavras, a diferença de salários entre o setor formal e o informal pode ser explicada pelo viés de autosseleção, isto é, pela presença de características não-observáveis ou atributos individuais como a qualidade da educação, inteligência, habilidades da força de trabalho no setor formal.

Ribeiro e Correa (2009) tiveram como objetivo verificar se os imigrantes no Centro-Oeste brasileiro formam um grupo positivamente selecionado por meio da aplicação dos modelos de Borjas (1987) e Chiswick (1999). Suas estimativas mostram que os imigrantes de Mato Grosso do Sul e Goiás são positivamente selecionados, entretanto encontram um resultado diferente para o Mato Grosso. Nesse estado os imigrantes ganham 21% menos que os nativos. Esse resultado é contraditório, pois “considerando que se os três estados analisados apresentam, basicamente, características econômicas e sociais semelhantes, esperam-se resultados semelhantes para as regressões das três subamostras” (Ribeiro e Correa, 2009, p. 10).

Ramalho e Moreira (2006), ao utilizar os microdados do censo demográfico de 2000, analisam a presença de viés de seleção na migração para

regiões metropolitanas brasileira. Encontram que os imigrantes possuem rendimentos maiores aos dos não-migrantes, o que indica a presença da migração seletiva positiva nas regiões. Já Maciel e Oliveira (2011) encontram um resultado oposto. A partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2008, verificaram ausência de seletividade entre os migrantes internos no Brasil. A diferença dos salários entre migrantes e não-migrantes é devida ao retorno do investimento em migração e não devido às características não observáveis dos migrantes.

No campo da literatura internacional sobre migração seletiva pode-se mencionar o estudo de Coulon e Piracha (2005), que a partir da fundamentação teórica do modelo de Roy (1951) analisam a autoseleção e o desempenho dos migrantes retornados na Albânia se propondo a responder duas questões: qual seria o desempenho dos migrantes retornados em relação aqueles que decidiram não migrar? E, qual o papel dos que decidiram migrar e retornar? Conclui que os não-migrantes ganham mais que o dobro dos salários dos migrantes retornados. Visto isso, seu principal resultado é que o fluxo de migrantes de retorno ao país de origem constitui um grupo negativamente selecionado.

Nekby (2006) afirma que a seleção é questão-chave por trás do modelo de Roy (1951). Dada uma correlação positiva de habilidades entre dois países, o modelo prevê que o migrante é positivamente selecionado se seu ganho é acima da média tanto no país de origem como no país de destino. Por outro lado, caso tenha rendimentos abaixo da média em ambos os países, o migrante é negativamente selecionado. Se, no entanto, a correlação entre as habilidades dos países for pequena ou negativa, os migrantes podem ter rendimentos abaixo da média no país de origem e acima da média no país de destino. Seus resultados apontam que os emigrantes da Suécia são positivamente selecionados para qualquer nível educacional, enquanto que os imigrantes são positivamente selecionados por possuir educação superior. Dado que a Suécia tem níveis de educação relativamente altos, os emigrantes são motivados a migrar em busca de maiores rendimentos, enquanto que os imigrantes, dado o padrão de vida relativamente alto na extremidade inferior da distribuição dos salários, característica do país, sem expectativas de rendimentos mais elevados em outros países terão pouco incentivo a emigrar.

Dahl (2002) também explorou o tema da autoseleção nos Estados Unidos. Estimando o modelo de Roy (1951), seu trabalho empírico, basicamente, confirma o papel da vantagem comparativa nas decisões de mobilidade dos trabalhadores. Além disso, sugere maiores retornos a escolaridade devido à autoseleção dos indivíduos mais educados.

Além das contribuições mencionadas, esse debate requer ainda novas evidências dos efeitos da mobilidade populacional sobre a desigualdade de renda, notadamente em relação ao Nordeste brasileiro. Nesse sentido, este estudo ganha relevância tendo em vista a atualização dos resultados com o uso do censo demográfico de 2010.

IMIGRAÇÃO E SELETIVIDADE: EVIDÊNCIAS PARA O NORDESTE

A base de dados utilizada nesse capítulo corresponde às informações dos microdados da amostra do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Como população alvo, foram considerados aqueles que responderam a pesquisa na unidade federativa de residência, os residentes da região Nordeste que são naturais do Brasil, ou seja, excluíram-se os estrangeiros, pois o objetivo do trabalho é apresentar evidências referentes às migrações internas interestaduais. Seguindo o procedimento adotado em grande parte da literatura, foram selecionadas apenas pessoas entre 20 e 70 anos de idade, com a tentativa de excluir aqueles que não tomaram a decisão de migrar.” (SANTOS JR, 2002).

Ressalta-se que para esse estudo foi utilizado o critério de migração da data fixa⁶ para definir a variável imigrante, sendo aquele que residia cinco anos antes em um estado diverso daquele que está residindo. Não-migrante é aquele indivíduo que residia no mesmo estado nas duas datas consideradas. Vale notar que grande parte da literatura de seletividade dos imigrantes utiliza o critério de naturalidade para definir a variável relacionada à migração. Esse critério está sujeito a limitações. Como observam Ramalho e Moreira (2006), a desvantagem está em não identificar com exatidão a idade do indivíduo quando decidiu migrar. Outra limitação diz respeito ao tempo de migração, que não poderia ser igual ao tempo de residência, visto que o indivíduo pode ter morado em outros lugares que não o de origem. Por outro lado, Rigotti (1999) acredita que o quesito data fixa, apesar de sintetizar vários elementos migratórios, é menos preciso que o lugar de nascimento, principalmente onde a população for altamente móvel, devido ao fato de ocorrência de erros de memória que afeta a exatidão de resposta.

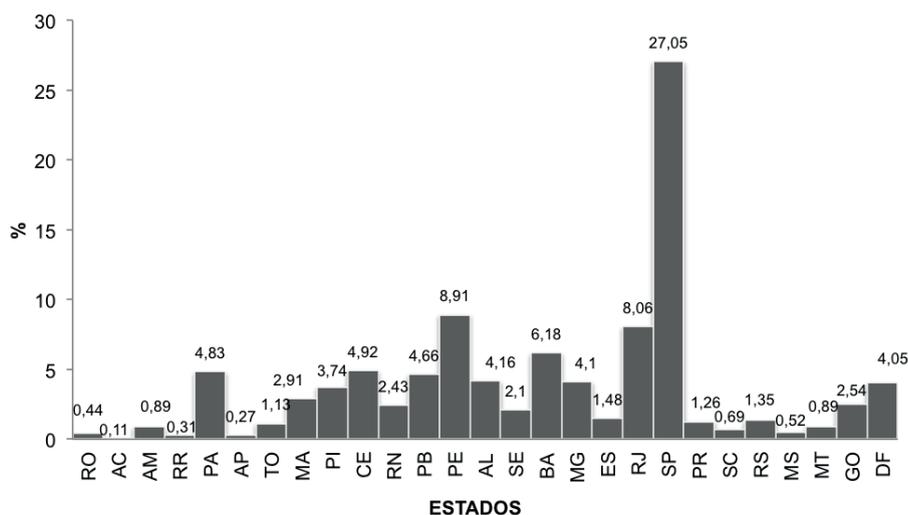
6 O critério de migração data fixa foi definido a partir da informação sobre a unidade federativa de residência em 31 de julho de 2005, ou seja, em que estado o indivíduo morava cinco anos antes do Censo.

Perfil das Imigrações Nordestinas

Na análise do perfil das imigrações nordestinas foram feitos cruzamentos entre as variáveis socioeconômicas e demográficas dos imigrantes e não-migrantes. Considerou-se o critério de data fixa para definir os imigrantes, assim, a origem dos mesmos se refere ao estado de residência em uma data fixa anterior (31 de julho de 2005).

Considerando a origem dos imigrantes do Nordeste, é possível inferir a partir do Gráfico 1 que, aproximadamente 27% da imigração é proveniente do estado de São Paulo. Em seguida, encontra-se Pernambuco, com 8,91% de imigrantes vindos desse estado. Somado a isso, ressalta-se que 40,69% dos imigrantes são oriundos dos estados da região Sudeste. Os outros estados apresentaram níveis de participação no envio de pessoas abaixo de 6%. Segundo Baeninger (2005), entre 1991-2000, as direções e sentidos da migração do estado de São Paulo apresentaram explicações distintas. Além da continuidade da imigração Nordeste - São Paulo foi observado fluxos populacionais do estado de São Paulo para o Nordeste, configurando-se como saída de retorno e podendo, posteriormente, se tornar área de rotatividade migratória.

Gráfico 1 – Porcentagem de imigrantes da região Nordeste segundo estado de origem.



Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Para Baeninger (2011) o entendimento das migrações nordestinas decorre da nova realidade da região Sudeste, em que foi observada uma tendência

de rotatividade migratória, onde se incluem os estados do Nordeste. Para a autora em um contexto de mudanças na dinâmica produtiva, “[...] a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira” (BAENINGER, 2011, p. 38).

A partir dos resultados da Tabela 1, a seguir, pode-se destacar que o destino preferencial dos imigrantes nordestinos é o estado da Bahia (24,47%), seguido de Pernambuco com 15,75% e Ceará com 12,18%. As três maiores economias do Nordeste, que segundo informações do IBGE, foram líderes de crescimento a partir do segundo trimestre de 2009, impulsionado, sobretudo, pela expansão do mercado interno. Alagoas e Sergipe apresentaram os menores percentuais, 5,58% e 5,79%, respectivamente. Quando se analisa as taxas líquidas de imigração⁷, observa-se que Piauí apresentou uma participação de imigrantes de 34,70% e Paraíba 33,05%, refletindo a importância da imigração para estes estados. No caso do Ceará, a contribuição da imigração na população foi a mais baixa, de 19,85%

Tabela 1 – Porcentagem de imigrantes e Taxa Líquida de imigração da região Nordeste segundo estado de destino.

ESTADOS	NÚMERO DE IMIGRANTES	% IMIGRANTES	TAXA LÍQUIDA DE IMIGRAÇÃO %
MARANHÃO	67.446	10,86	22,12
PIAUI	46.489	7,49	34,70
CEARÁ	75.623	12,18	19,85
RIO GRANDE DO NORTE	47.199	7,60	23,27
PARAÍBA	63.900	10,29	33,05
PERNAMBUCO	97.771	15,75	21,58
ALAGOAS	34.664	5,58	23,70
SERGIPE	35.925	5,79	29,41
BAHIA	151.937	24,47	21,16
TOTAL	620.959	100,00	23,38

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

7 Obtida a partir da razão entre o número de imigrantes e população enumerada no censo 2010.

Os resultados da Tabela 2 a seguir apresentam os percentuais relacionados à comparação de algumas características socioeconômicas de imigrantes e não-migrantes no Nordeste.

Pode-se observar na, Tabela 2, que há um equilíbrio entre sexos em relação à população imigrante, apesar de a mesma ser constituída majoritariamente por homens (50,44%). Barou (1996) apud Gonçalves (2009) evidenciou que as mulheres são mais resistentes à migração do que os homens, indicando como um dos motivos, as possíveis discriminações de gênero na estrutura social na região de destino. Na estrutura por sexo da população não-migrante, predominam as mulheres com 52,23%. A tabela 2 nos revela muito sobre o perfil do imigrante nordestino.

Tabela 2 – Caracterização do perfil dos imigrantes e não-migrantes no Nordeste, em percentual.

	IMIGRANTE	NÃO-MIGRANTE
SEXO		
MASCULINO	50,44	47,77
FEMININO	49,56	52,23
FAIXA ETÁRIA		
20 A 29	35,30	43,63
30 A 39	31,53	26,57
40 A 49	18,05	15,44
50 A 59	9,31	8,61
60 A 70	5,80	5,75
RAÇA/COR		
BRANCO	39,47	30,48
NÃO-BRANCO ¹⁵	60,53	69,52
ESTADO CIVIL		
CASADO	40,14	34,04
DESQUITADO/SEPARADO JUDICIALMENTE	2,15	1,59
DIVORCIADO	4,07	2,97
VIÚVO	2,64	2,64
SOLTEIRO	51	58,74
SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		
URBANO	85,42	80,47
RURAL	14,58	19,53
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO		
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA	35,64	37,45
MILITARES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTATUÁRIOS	6,76	5,49
EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA	26,48	30,21
CONTA PRÓPRIA	23,38	19,23
EMPREGADORES	2,13	1,40
NÃO REMUNERADOS	1,39	1,43
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA PRÓPRIO CONSUMO	4,21	4,78
NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40,01	46,46
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	15,95	15,95
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	30,34	29,49
SUPERIOR COMPLETO	13,45	7,81

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

8 Referente à Raça/ Cor Preta /Amarela /Parda/Indígena

A estrutura etária da população imigrante apresenta contornos ligeiramente diferentes dos da população não-migrante. Entre a população imigrante, a proporção de pessoas entre 20 a 29 anos é de 35,30% enquanto que entre os não-migrantes foi de 43,63%. Comparando as faixas etárias entre os dois grupos, percebe-se que a população imigrante é mais velha que a população não-migrante. Apenas 5,80% de imigrantes se encontram no grupo etário entre 60 a 70 anos, percentual análogo ao observados entre os não-migrantes no mesmo grupo (5,75%). (TABELA 2).

Para Golgher (2001) o processo migratório altera as composições relativas por idade das populações nos locais de origem e destino. Nesse ponto, o autor faz referência à estrutura etária:

“Um primeiro aspecto é a estrutura etária, que está sujeita a sofrer mudanças porque os fluxos de migrantes apresentam grande proporção de pessoas entre 20 e 29 anos. Assim, os locais com intensos fluxos emigratórios tendem a perder grande quantidade de indivíduos nestas faixas etárias, enquanto os locais que recebem grandes fluxos imigratórios tendem a apresentar maiores proporções de pessoas nestas idades em sua população. Dessa maneira, o local que recebe muitos migrantes é passível de exibir maior proporção de indivíduos em idade de procriar e trabalhar. Por outro lado, as regiões que apresentam saldos migratórios negativos apresentam como tendência maiores proporções de crianças e idosos.” (GOLGHER, 2001, p. 44).

Com relação à média de idade, a semelhança é bastante evidente entre os dois grupos. Em 2010, a média etária da população não-migrante era de 34,79 anos, similar a média de idade da população imigrante de 36,15 anos⁹. Esse pode ser um indicativo do caráter de retorno de boa parte dessa imigração nordestina. O imigrante de retorno tende a ser mais velho do que aquele caracterizado, no parágrafo anterior, por Golgher (2001).

Em relação à raça/cor, os resultados sugerem que os imigrantes da região Nordeste são, em sua maioria, indivíduos não-brancos com percentual de 60,53%. Padrão deparado por Justo e Silveira Neto (2007). Esses autores encontraram que a maior parte dos migrantes internos no Brasil que se destinavam às regiões Norte e Nordeste, em 1980, eram indivíduos pardos e negros.

O IBGE classifica os domicílios em situação urbana ou rural segundo sua área de localização. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas

9 Vale ressaltar que a média de idade foi calculada a partir dos 20 até os 70 anos.

ou não internas ao contorno urbano das cidades, ou vilas, ou áreas urbanas isoladas. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Segundo a situação de domicílio, pode-se concluir que em 2010 o domicílio urbano concentrava 85,42% dos migrantes, enquanto que os domicílios em situação rural apresentam um percentual pouco expressivo de imigrantes, com 14,58%. Destaque-se, ainda que, a imigração para o Nordeste tende a ter como destino as áreas urbanas. A concentração da população imigrante nessas áreas urbanas é maior do que na população não-migrante.

Com relação ao estado civil, é possível observar que entre os imigrantes, o percentual de solteiros ficou em 51,00% e, de casados foi de 40,14%. Esse resultado corrobora com o estudo de Mincer (1978), no qual explica que os indivíduos solteiros são mais predispostos a migrar do que os casados. Por outro lado, comparando imigrantes com não-migrantes, observa-se que aqueles apresentaram um percentual de casados mais alto do que estes. Além disso, o maior peso de solteiros se verifica entre os não-migrantes. Esse resultado suscita algumas explicações, uma vez que, baseado na literatura, espera-se um número maior de solteiros entre os imigrantes em relação aos não-migrantes. Uma hipótese adicional é de que parte da imigração nordestina por ser de retorno de indivíduos que migraram mais jovens, e estão retornando ao local de origem, com a família já constituída.

Ainda na Tabela 2, verifica-se que a população imigrante possui nível de escolaridade mais elevado que a população não-migrante. A proporção de imigrantes sem instrução e com fundamental incompleto (40,01%) é inferior ao valor registrado para a população não-migrante (46,46). Em termos de escolaridade mais elevada, também se constata um melhor perfil de instrução relativamente à população imigrante. Por exemplo, 13,45% dos imigrantes têm formação superior completa contra 7,81% dos não-migrantes. Esse resultado é mais um indicativo do pressuposto de autosseletividade positiva, isto é, de que os imigrantes possuem peculiaridades que o diferenciam dos não-migrantes. Fusco (2012) observa que os imigrantes interestaduais das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador apresentam média e mediana de anos de estudos superiores aos não-migrantes, o que também corrobora com a existência de seletividade para população migrante, apesar desta trabalhar basicamente nos mesmos setores de atividades que o restante da população.

Em termos de distribuição percentual dos trabalhadores nas diferentes categorias de ocupação verifica-se a inexistência de grandes disparidades entre os grupos. Tanto entre os indivíduos imigrantes como entre os não-migrantes, observou-se maior participação na posição de empregados com carteira assinada, 35,64% e 37,45%, respectivamente. Quando se analisa o

percentual de acordo com o estado de destino, encontra-se que a Bahia detém a maioria dos empregados registrados com carteira de trabalho assinada (25,75%). Entre os não-migrantes, o vínculo empregado sem carteira assinada é de 30,21%, valor superior ao dos imigrantes que ficou em 26,48%. Cabe observar que 19,23% dos não-migrantes e 23,38% dos imigrantes, na região Nordeste, são trabalhadores ocupados por conta própria. Nota-se também que o percentual de ocupados que são empregadores mostrou-se mais elevado entre os imigrantes (2,13%).

Em relação à renda, os resultados apontam que salário médio do imigrante é maior do que aqueles que não migraram. Enquanto o imigrante recebe, em média, R\$ 1.652,21, o salário dos não-migrantes ficou em R\$ 987,51. (TABELA 3).

Analisando os principais percentis da distribuição de rendimentos, na tabela 3, observa-se que o terceiro quartil (ou percentil 75) o rendimento dos imigrantes é igual a R\$ 1.500,00. Dessa forma, os imigrantes com rendimento acima de R\$ 1.500,00 estão entre os 25% mais ricos dos imigrantes. Para os não-migrantes, o valor é igual a R\$ 900. Os imigrantes com rendimento acima de R\$ 4.000,00 estão entre os 10% mais ricos e com renda acima de R\$ 6.800 estão entre os 5% mais ricos. O percentil 99 do grupo imigrante e do grupo não-migrante é R\$ 14.000,00 e R\$ 9.000,00, respectivamente, o que significa dizer que os 1% mais ricos dos imigrantes recebem acima de R\$ 14.000,00 enquanto que os não-migrantes recebem pelo menos R\$ 9.000,00.

Tabela 3 – Características dos rendimentos em todos os trabalhos do imigrante e não-migrante.

	IMIGRANTE	NÃO-MIGRANTE
RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	1.652,21	987,51
25º PERCENTIL	400,00	320,00
50º PERCENTIL	600,00	510,00
75º PERCENTIL	1.500,00	900,00
90º PERCENTIL	4.000,00	2.000,00
95º PERCENTIL	6.800,00	3.250,00
99º PERCENTIL	14.000,00	9.000,00

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Em síntese, os resultados apontam que a maioria dos imigrantes nordestinos está na faixa etária entre 20 e 29 anos; têm em média 36 anos de idade; são do sexo masculino; residem na área urbana; estão empregados com carteira de trabalho assinada; e apresentam-se no estado civil solteiro. Além disso, verificou-se que os imigrantes são mais qualificados e, em média, mais bem pagos, se comparados aos não-migrantes. Em relação à procedência, foi observado que a maioria dos imigrantes é oriunda do estado de São Paulo, seguido pelos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, respectivamente. No que diz respeito ao principal destino, é possível apontar que os imigrantes se destinam, em sua maior proporção, para aos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Um pouco mais sobre o Perfil das Imigrações Nordestinas – análise de correspondência

Nesta seção foi obtida a Análise de Correspondência como instrumento para descrição e comparação dos perfis dos imigrantes e não-migrantes. Além disso, a visualização gráfica alcançada por meio desta técnica permitiu identificar as relações mais importantes entre as variáveis categóricas do estudo.

Os resultados da análise de correspondência são compostos pelas associações de faixa salarial, estado civil, posição na ocupação, faixa etária e nível de instrução dos imigrantes e não-migrantes.

Para justificar a aplicação da metodologia de Análise de Correspondência foi realizado o teste Qui-Quadrado. Dessa forma, encontrou-se em todas as relações que serão apresentadas adiante, uma dependência significativa entre as variáveis, ao nível de significância de 1%.

A renda foi categorizada em cinco faixas salariais. Para justificar as faixas de salários escolhidas, foram considerados o 50º, 75º e 90º, 95º e 99º percentis da distribuição de renda, considerando o salário mínimo (SM) em 2010 (R\$ 510,00). As faixas de renda escolhidas foram: de 1 a 2 SM; de 2 a menos de 5 SM; de 5 a menos de 8 SM; de 8 a 20 SM; e acima de 20 SM. A seguir encontram-se 4 gráficos de correspondência.

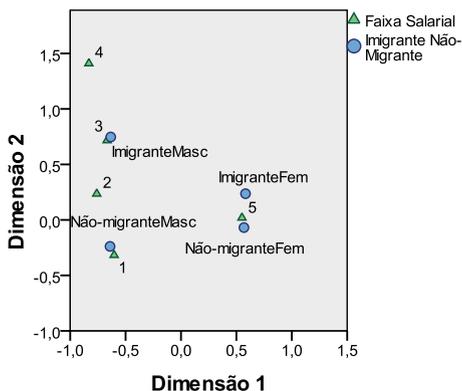


Gráfico 4 – Análise de Correspondência da Faixa Salarial
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (1 – 1 a 2 SM; 2 – 2 a 5 SM; 3 – 5 a 8 SM; 4 – 8 a 20 SM; 5 – acima de 20 SM)

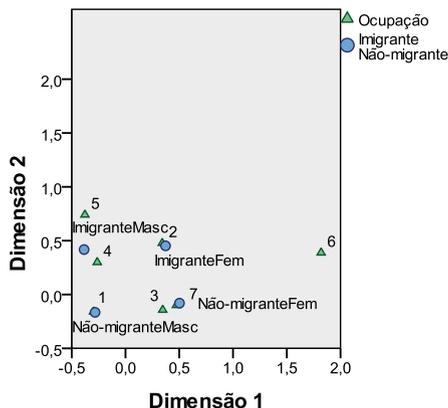


Gráfico 5 – Análise de Correspondência da Ocupação
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (Ocupação: 1. Empregados com carteira de trabalho assinada; 2. Militares e funcionários públicos estatutários; 3. Empregados sem carteira de trabalho assinada; 4. Conta própria; 5. Empregadores; 6. Não remunerados; 7. Trabalhadores na produção para o próprio consumo).

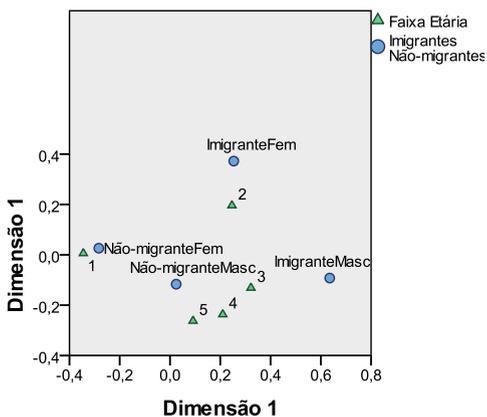


Gráfico 6 – Análise de Correspondência da Faixa Etária
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (1 – 20 a 29 anos; 2- 30 a 39 anos; 3- 40 a 49 anos; 4- 50 a 59 anos; 5- 60 a 70 anos)

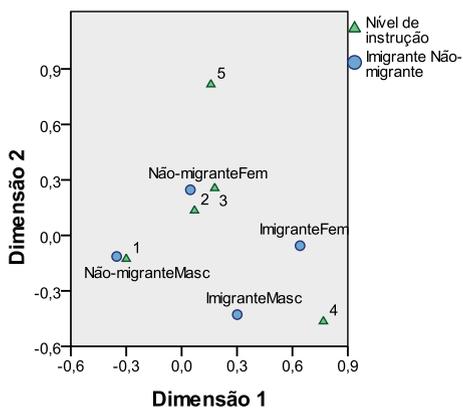


Gráfico 7 – Análise de Correspondência do Nível de Instrução
Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010
 (1 – Sem instrução e fundamental incompleto; 2- Fundamental completo e médio incompleto; 3- Médio completo e superior incompleto; 4- Superior completo; 5- Não determinado).

Do Gráfico 4 permite-se deduzir que os imigrantes do sexo masculino estão associados à faixa salarial de 5 a 8 salários mínimos, enquanto que os homens não-migrantes estão mais próximos da faixa de 1 a 2 salários mínimos. Infere-se também que não há grande diferencial de renda entre as mulheres, comparando imigrantes com as não-migrantes, diferentemente do encontrado entre os homens imigrantes e não-migrantes, em que aqueles apresentaram maiores salários do que esses.

Os resultados apresentados no Gráfico 4 são coerentes com os estudos de seletividade migratória de que os imigrantes possuem ganhos maiores que os não-migrantes. Por outro lado, percebe-se ainda uma seletividade diferenciada quando se compara homens e mulheres imigrantes. Como aponta Elizaga (1970), apud Lacerda (2005), essa diferenciação pode estar associada ao fato da composição por sexo se mostrar desnivelada:

“Elizaga (1970), afirma que é universalmente aceito o caráter seletivo das migrações quanto ao sexo e à idade. Não é difícil inferir sobre o caráter seletivo da simples composição por sexo e idade dos migrantes (no momento da migração), mesmo sem dispor de informações precisas sobre as respectivas composições das populações de origem. Segundo Elizaga seria fato comprovado, que a composição por sexo geralmente se mostra desnivelada favoravelmente aos homens ou às mulheres conforme as correntes sejam, de “curta” ou de “longa” distância, pelo que se pode inferir ser essa seletividade diferenciada.” (LACERDA, 2005, p.8).

Além disso, a questão da valorização desigual dos atributos dos homens em detrimento os femininos, no mercado de trabalho, no local de destino desses migrantes pode refletir nessa diferença salarial entre os sexos.

Essa discussão da diferença dos salários em homens e mulheres imigrantes ainda é pouco discutida nos estudos, como afirma Batista e Cacciamali (2009). Esses autores analisam essa questão para o caso do Sudeste. Encontram que a diferença salarial entre homens e mulheres imigrantes deve-se mais às características peculiares dessas do que à valorização diferenciada no mercado de trabalho.

Com relação a ocupação de migrantes e não-migrantes novamente a análise de correspondência revela maiores diferenças para os homens. Como se pode verificar no Gráfico 5, os imigrantes do sexo masculino têm maior associação com a posição de empregadores do que os não-migrantes. Enquanto os não-migrantes do mesmo sexo estão próximos a ocupação com carteira-assinada. As mulheres imigrantes estão associadas às ocupações militares e funcionários públicos. Por outro lado, as mulheres não-migrantes estão

empregadas como trabalhadores na produção para o próprio consumo. Isso corrobora com a ideia de autosseleção positiva dos imigrantes, sobretudo quando se compara os imigrantes e não-imigrantes do sexo feminino.

No Gráfico 6, que relaciona a migração com a faixa etária e o sexo, percebe-se que não há diferença muito clara. Como visto na seção anterior, a exceção fica pelo fato dos não-migrantes, tanto masculinos quanto femininos, estarem mais associados com a primeira faixa etária, entre 20 e 20 anos, do que os imigrantes.

Pelo gráfico 7, percebe-se uma proximidade da categoria de ensino superior completo com os imigrantes dos dois sexos. Já os homens não-migrantes se encontram em um ponto próximo ao mais baixo nível de escolaridade, sem instrução e fundamental incompleto. Ou seja, a análise mostra que os imigrantes são mais qualificados se comparados aos não-migrantes, enfatizando mais uma vez a questão da seletividade positiva do processo migratório. Com relação às mulheres não-migrantes, essas estão associadas aos níveis de instrução 2 e 3. Esse resultado pode explicar parte da conclusão encontrada no Gráfico 4, em que tanto mulheres não-migrantes como as imigrantes mostraram-se associadas à faixa salarial mais alta quando comparadas aos homens, ressaltando o papel do capital humano sobre o rendimento dos indivíduos.

Em suma, foram evidenciados aspectos de seletividade positiva dos imigrantes em algumas comparações dos perfis por meio das análises de correspondência.

Os resultados encontrados na análise descritiva e na análise de correspondência reforçam então a proposição de autosseleção positiva desses indivíduos. A seguir, essa hipótese será testada através da estimação da equação de salários de Mincer (1974).

Migração seletiva no Nordeste – um modelo econométrico

Para comparar a renda do imigrante com a renda do não-migrante foi empregada a análise de regressão linear múltipla, por meio das estimativas via Mínimos Quadrados Ordinários¹⁰ para equação de salários.

A literatura usual aplica a equação de salários de Mincer (1974). A ideia básica é de que anos adicionais de educação e experiência tem influência

¹⁰ Utilizou-se o erro padrão robusto nas estimações via MQO.

sobre os salários. Como aponta Rezende e Wyllie (2006), a equação de Mincer é proposta da seguinte forma:

$$\ln W_i = f(s_i, x_i, z_i) + \varepsilon_i$$

Em que denota o logaritmo natural dos rendimentos do indivíduo i , é uma medida de escolaridade, denota uma variável representativa da experiência, corresponde a outros fatores que afetam a renda como cor, raça, sexo e região geográfica do indivíduo, etc., e é uma erro estocástico que comporta todas as forças não explicitadas no modelo, mas que possuem influência sobre os ganhos do indivíduo.

Para efeito desse estudo, seguindo Santos Jr., et.al. (2005), utilizou-se a seguinte extensão da equação de Mincer:

$$\ln W_i = \alpha + \beta X_i + \emptyset M_i + \varepsilon_i$$

Onde W_i é a renda do indivíduo; X_i é o conjunto de variáveis sócio-econômicas de controle; M_i é uma variável dummy que assume valor 1 quando o indivíduo é imigrante e valor 0, caso contrário; Caso o coeficiente \emptyset associado a variável dummy imigração seja positivo e significativo a hipótese de seletividade positiva de imigrante será validada, o que significa, na região nordeste, o imigrante ganha mais que o não-migrante. A estimação dos coeficientes da equação será realizada pelo Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)¹¹.

O modelo selecionado assume forma funcional log-linear. A inclinação β mede a variação percentual em W_i para uma dada variação absoluta do regressor X . Assim, se X crescer em uma unidade, W_i crescerá β 100%.

Utilizando esse modelo, Santos Jr., et.al. (2005), encontram para o coeficiente associado à migração, um valor igual a 0,0854 o que significa dizer que a renda do migrante é 8,54% maior do que a renda do não-migrante. Um imigrante nordestino recebe 13,65% a mais que o não-migrante. Ramalho e Moreira (2006) apresentam, para as regiões metropolitanas do norte e nordeste, o valor de 0,2477, ou seja, a renda de um imigrante é 24,77% maior que a do não-migrante.

A estimação do modelo proposto exige uma base que contenha dados relativos à migração, além de variáveis de controle, como aquelas

¹¹ Detalhes sobre o Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) podem ser encontrados em Wooldridge (2006).

correspondentes à renda, nível de instrução, características pessoais e, informações acerca da situação do indivíduo no mercado de trabalho. Tais controles foram introduzidos com objetivo de evitar viés nos resultados das estimações.

Isso posto, as variáveis foram escolhidas de acordo com o referencial teórico revisado e levando em consideração a disponibilidade dos dados. A Tabela do apêndice A informa as variáveis utilizadas no modelo econométrico.

A escolha das variáveis de controle além de compreender a ampla utilização na literatura de seletividade, se justifica pela explicação econômica acerca da influência daquelas sobre os rendimentos dos trabalhadores.

Vale mencionar a adição de variáveis que não foram utilizadas na especificação de Santos Jr., et. al (2005), mas que podem ser importantes na determinação da renda dos imigrantes e não-migrantes. Como por exemplo, as variáveis pertinentes ao nível de instrução que, de certa forma, refletem a escolaridade do indivíduo.

Dessa forma, as variáveis relacionadas à escolaridade foram desagregadas em três dummies tendo como grupo base ou de comparação¹² “sem instrução e fundamental incompleto”. Em relação à educação ou nível de instrução, evidências apontam que indivíduos com maior escolaridade tendem a receber maiores salários, pois maiores são suas chances de inserção em melhores posições no mercado de trabalho.

A ideia da variável associada idade ao quadrado $idade^2$ é de que aumentos salariais causados pela experiência tendem a ser positivos, porém diminuem no decorrer do tempo. Em outras palavras, espera-se que à medida que se acumula experiência, os acréscimos nos rendimentos são cada vez menores. Assim, essa variável visa captar o decréscimo de renda que incide quando o indivíduo alcança determinada idade, devido a uma possível diminuição na produtividade do trabalho. Espera-se nas estimações um sinal positivo para idade e negativo para idade ao quadrado.

No caso da variável urbano, parte-se da hipótese de que a situação de domicílio em área urbana afeta positivamente a renda dos indivíduos e sua inserção no mercado de trabalho. Assim, espera-se sinal positivo dessa variável.

A variável de ocupação, assim como nível de instrução, foi desagregada em cinco dummies (empregado público, empregado sem carteira, conta própria, empregadores e não remunerados) como uma forma de captar uma

12 O grupo base ou de referência é o grupo contra o qual as comparações são feitas, grupo não incluso na regressão.

diferença de médias entre essas e o grupo base, que no caso é a categoria dos “empregados com carteira assinada”.

A variável imigrante e as dummies regionais são as variáveis explicativas de análise, ou seja, aquelas que são o foco desse estudo. As variáveis associadas às dummies regionais foram criadas a partir da variável “código da unidade federativa de residência anterior” (data fixa), sendo então desagregada em cinco dummies, nesse caso o grupo base é “não-migrantes”.

Feita essas considerações sobre as variáveis utilizados no estudo e modelo econométrico em questão, seguem então os resultados das estimações.

A Tabela 4 mostra os coeficientes estimados utilizando o critério de data fixa para definir a variável imigrante, além disso, inclui as pessoas com renda do trabalho nula. Como pode ser observado, todas as variáveis apresentam significância de 1%.

Tabela 4 – Regressão- Imigrante. Variável dependente: Logaritmo do rendimento em todos os trabalhos.

VARIÁVEIS	COEFICIENTE
IMIGRANTE	0,1443* (0,0055)
IDADE	0,0464* (0,0014)
IDADE ²	-0,0004* (0,00001)
HORAS DE TRABALHO	0,0070* (0,0002)
MASCULINO	0,3879* (0,0046)
BRANCO	0,1212* (0,0047)
URBANO	0,2890* (0,0057)
EMPREGADO PÚBLICO	0,3004* (0,0101)
EMPREGADO SEM CARTEIRA	-0,4398* (0,0047)
EMPREGADO CONTA PRÓPRIA	-0,3456* (0,0066)
EMPREGADORES	0,6268* (0,0244)
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	0,2730* (0,0060)
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	0,5803* (0,0054)
SUPERIOR COMPLETO	1,5237* (0,0090)
CONSTANTE	4,3775* (0,0263)

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Notas: *Significativo a 1%. Erro padrão (robusto) entre parênteses.

Sem dúvida que o principal resultado dessa tabela 4, do ponto de vista dos objetivos traçados nesse trabalho, se refere ao coeficiente associado à variável dummy imigrante que é positivo e significativo, e corresponde a 0,1443, ou seja, mantendo-se as demais variáveis constantes, a renda que os imigrantes auferem é 14,43% maior que a dos não-migrantes. Dessa forma, esse diferencial de renda encontrado presume a existência de viés de seleção positiva dos imigrantes no Nordeste e pode ser explicado pelas características não-observáveis desses indivíduos.

Com relação às demais variáveis, verifica-se, na Tabela 4, que o indivíduo do sexo masculino recebe 38,8% a mais que o do sexo feminino, o que pode indicar diferenciação salarial por gênero. Como destaca Pereira e Zavala (2012):

“[...] diferenciais salariais por gênero são uma característica persistente da economia brasileira que não parece poder ser explicada por diferenças em produtividade (capital humano) e nem em estrutura ocupacional entre os gêneros. Evidenciando a necessidade continuar investigando o tema mais a fundo.” (PEREIRA e ZAVALA, 2012, p.221).

Em geral os resultados corroboram com aqueles descritos na literatura sobre o tema: renda maior para indivíduos mais velhos, mais escolarizados, brancos e residentes em áreas urbanas.

Os resultados encontrados se aproximam do verificado por Santos Jr., et al. (2005). Em um estudo para o Brasil, esses autores se depararam com um coeficiente associado à dummy migração igual a 0,0854 (excluindo a variável de estado de nascimento) e, em uma segunda regressão (com introdução de interação entre variáveis), encontrou um coeficiente de 0,1408. Ou seja, mantendo-se as demais variáveis constantes, imigrante brasileiro auferem um rendimento 14,08% maior que o do não-migrante.

Para verificar a hipótese de seleção positiva de acordo com as regiões de origem dos imigrantes, foram criadas dummies regionais. A Tabela 5 mostra os resultados dos coeficientes dessas dummies

Tabela 5 – Regressão- Dummies regionais. Variável dependente: Logaritmo do rendimento em todos os trabalhos.

VARIÁVEIS	COEFICIENTE
NORDESTE	0,1413* (0,0079)
CENTRO-OESTE	0,1552* (0,0174)
SUDESTE	0,1064* (0,0083)
SUL	0,4277* (0,0296)
NORTE	0,2032* (0,0181)

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Notas: *Significativo a 1%. Erro padrão (robusto) entre parênteses

De acordo com os resultados da Tabela 5, verifica-se que há migração positiva de imigrantes provenientes de todas as regiões. No entanto, os imigrantes que vêm do Sul ganham mais quando comparados aos procedentes das outras regiões do país, o logaritmo da renda é 42,77% maior que o dos não-migrantes.

Por outro lado, os imigrantes originários do Sudeste são os que recebem menos, apenas 10,64% a mais que os não-migrantes. O coeficiente associado à dummy Nordeste é igual a 0,1413, ou seja, a remuneração dos imigrantes da própria região Nordeste é 14,13% maior que a dos não-migrantes. Os imigrantes procedentes do Norte e Centro-Oeste auferem um rendimento 20,32% e 15,52%, respectivamente, maior que o dos não-migrantes.

Dessa forma, constata-se que a migração positiva dos imigrantes da região Sudeste é mais fraca em relação à dos imigrantes das demais regiões. Ribeiro e Correa (2009, p.10) encontram uma seletividade negativa dos imigrantes do Mato Grosso, e justificam que a decisão de migrar desses indivíduos “está condicionada a outros determinantes não-econômicos: clima, geografia, baixa taxa de violência etc.”

Apesar disso, imigrantes não deixam de ser racionais, e comparam a renda média entre os estados. Isso pode explicar também o resultado constatado nesse estudo relacionado à presença de uma seletividade menor dos imigrantes do Sudeste. Nesse caso, uma hipótese adicional seria a de boa

parte de esses imigrantes sejam de retorno, dado que essa região foi a que mais recebeu emigrantes do Nordeste na década de 1980.

Tal hipótese pode ser confirmada a partir dos resultados da Tabela 6, a seguir, na qual apresenta a participação dos imigrantes de retorno para o Nordeste, em 2010.

Fica evidente a maior participação de retornados da região Sudeste. Do total de imigrantes de retorno, 40,71% são provenientes dessa região. Em relação à região Nordeste, vale ressaltar que esse percentual encontrado não é de imigrantes de retorno, mas de nativos. Dado que, na definição de imigrante retornado foi considerado aquele que retornou à sua região de naturalidade.

Por outro lado, os grupos de imigrantes oriundos das demais regiões, em sua maioria, podem ser compostos por pessoas de faixa etária mais elevada, aposentados, ou até mesmo profissionais liberais de bom capital social, que estão migrando para o Nordeste em busca de novas oportunidades, em função do desenvolvimento econômico da região.

Tabela 6 – Percentual dos imigrantes de retorno do Nordeste, segundo regiões brasileiras.

REGIÕES	IMIGRANTES DE RETORNO
NORTE	7,92
NORDESTE	40,07
SUDESTE	40,71
SUL	3,30
CENTRO-OESTE	8,00

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da Amostra do Censo 2010.

Como observado, as variáveis *dummy* relacionadas a migração apresentaram coeficientes positivos e significativos, em todas as estimações desse estudo, corroborando com os resultados encontrados por Santos Jr., Ferreira e Menezes Filho (2005), Ramalho e Moreira (2006), Maciel e Oliveira (2011), dentre outros autores de estudos recentes, além de estar de acordo com a literatura de migração mencionada por Roy (1951), Borjas (1987) e Chiswick (1999). Tais resultados reforçam a hipótese de viés de seletividade positiva nas migrações dirigidas a região Nordeste. Nesse sentido, de acordo com a teoria, os diferenciais de renda dos imigrantes e

não- migrantes podem ser explicados pela presença de características não-observáveis positivamente associadas a indivíduos mais habilidosos, com características empreendedoras e etc. podendo então impactar na distribuição de renda dessa região.

CONCLUSÕES

Em um quadro recente de transformações nos fluxos migratórios no Brasil, em que a direção da migração não mais se dá tão expressivamente de regiões mais pobres para regiões mais ricas, encontra-se o Nordeste, no qual se configura como região com maior retenção populacional e migração de retorno para seus estados, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010.

Essa realidade justifica, em parte, o recorte teórico selecionado para esse estudo. Outro ponto que também se destaca é a grande desigualdade de renda verificada na região em questão e a tentativa de explicações para a mesma.

Por outro lado, são poucos os estudos para o Nordeste, em específico, que abordam essa questão em conjunto com a seletividade migratória. O objetivo da grande maioria está associado aos motivos da migração de uma região para outra, ou internamente às regiões. Em relação às análises da seletividade de imigrantes, o que se pode constatar é que há evidências, tanto na literatura internacional como na nacional, de que imigrantes constituem um grupo positivamente selecionado no local de destino, e com isso contribui para o aumento da desigualdade de renda, dado que os imigrantes podem auferir maiores rendimentos que não-migrantes.

Nesse contexto, este estudo se propôs a analisar o efeito da migração sobre o diferencial de renda entre os imigrantes e não-migrantes nordestinos e, com isso, verificar se os imigrantes compõem ou não um grupo positivamente selecionado. Como objetivo específico procurou-se comparar o perfil socioeconômico dos imigrantes com os não-migrantes e testar a hipótese de seletividade de imigrantes na região Nordeste a partir da estimação da equação de salários de Mincer (1974).

Das evidências iniciais sobre o perfil dos imigrantes, pode-se inferir que a maioria dos imigrantes nordestinos está na faixa etária entre 20 e 29 anos; têm em média 36 anos de idade; são do sexo masculino; residem na área urbana; estão empregados com carteira de trabalho assinada; e apresentam-se no estado civil solteiro; são provenientes, em grande parte, do estado de São Paulo, e tem como principais destinos os estados da Bahia, Pernambuco

e Ceará. Além disso, verificou-se que os imigrantes são mais qualificados e mais bem pagos, se comparados aos não-migrantes.

Com relação aos resultados das estimações do modelo proposto, verificou-se que os imigrantes no Nordeste brasileiro ganham, em média, mais que os não-migrantes. Ou seja, realizados os devidos controles da dummy relacionada à migração, pelas demais variáveis, constatou-se que os imigrantes constituem um grupo selecionado positivamente (mais qualificado, apto, com espírito empreendedor, dentre outras características não-observáveis). Assim, como esperado, a desigualdade de renda verificada nessa região pode ser explicada, em partes, pelo diferencial de salários verificado entre os imigrantes e não-migrantes.

As consequências da migração podem estar relacionadas a outros fenômenos sociais que se relacionam com o próprio processo de mudança estrutural. Nesse contexto, as migrações internas na região Nordeste podem ser historicamente condicionadas, de acordo a abordagem histórico-estrutural sugerida por Singer(1980). Para esse autor, os diferenciais salariais são resultado da reorganização das atividades produtivas.

A respeito das estimações com as dummies regionais, constatou-se que a seletividade positiva dos imigrantes vindos de todas as regiões do Brasil, porém tal seletividade é mais forte ou mais presente quando se trata dos imigrantes da região Norte. Enquanto que os imigrantes do Sudeste apresentaram uma seletividade positiva menor, inclusive em relação aos imigrantes nordestinos.

Isso pode ser explicado tanto pela influência das redes sociais, possivelmente mais marcante em um processo migratório na própria região Nordeste, como pela decisão de migrar, daqueles imigrantes do Sudeste, ter sido condicionada por outros determinantes, não apenas econômicos. E, pelo fato de serem, em sua maioria, imigrantes de retorno.

Em síntese, considerando as evidências empíricas apresentadas neste estudo, pode-se dizer que essas destacam a relevância da discussão do tema no que diz respeito às consequências da migração desses indivíduos positivamente selecionados nas áreas de destino e direcionamento de políticas públicas para redução das disparidades na distribuição de renda, como por exemplo, as de educação, especialmente na região Nordeste.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n.5, 2005.
- BAENINGER, R. Migração, Migrações. Ideias. Campinas (SP). n.2, nova série, 1º semestre, p. 31-41, 2011.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *A economia brasileira em perspectiva*, Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MEDONÇA, R. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007. (Texto para Discussão, 1253).
- BAROU, Jaques. Portugais d’Auvergne: D’une identité villageoise à l’autre, *Revue d’Auvergne*, n 3, pp. 147-59, 1996.
- BATISTA, N.F.B.; CACCIAMALI, M.C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun., 2009
- BORJAS, G. J. Self-Selection and the Earnings of Immigrants. *American Economic Review*, 77(4), p. 531-553, 1987.
- BORJAS, G.J. The Labor Demand Curve is Downward Sloping: Re-examining the Impact of Immigration on the Labor Market. *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 4, p. 1335-74, 2003.
- BRANCHI, Bruna; BARRETTO, Vanessa Vital. Mercado de trabalho, desigualdade de renda e migração: o caso da Região Metropolitana de Campinas. In: *Perspectiva econômica*. v.6, n.1, p.63-90, 2010.
- CHISWICK, B. The effect of americanization on the earnings of foreign-born men. *Journal of Political Economy*, v. 86, p. 897-921, 1978.
- CHISWICK, B. Are Immigrants Favorably Self-Selected? *American Economic Review*, 89(2), p. 181-185, 1999.
- COULON, A.; M. PIRACHA. Self-selection and the performance of return migrants: the source country perspective, *Journal of Population Economics*, 18(4):779-807, 2005.
- DAHL, G. B. Mobility and the Return to Education: Testing a Roy Model with Multiple Markets, *Econometrica*, v.70(6), p. 2367-2420, 2002.
- ELIZAGA, Juan C. Migraciones interiores, evolución reciente y estado actual miro. In: LACERDA, K.C.A. Migração e seletividade no mercado de trabalho de Fortaleza: Uma análise empírica. Texto para discussão do IPECE, nº 18, 2005.
- FERREIRA, Francisco. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

- FERREIRA, R.N.; MATOS, R. Migração de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências da reestruturação territorial. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2006
- FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Brasília, Ano XX, n 39, p. 101-116, jul./dez., 2012.
- GOLGHER, André Braz. Os Determinantes da Migração e Diferenciais entre Migrantes e Não-migrantes em Minas Gerais. Tese de Doutorado em Demografia, CEDEPLAR-UFG, 2001.
- GOLGHER, André Braz. Fundamentos da migração. Belo Horizonte: UFG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão, n. 231).
- GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. Migrações e Desenvolvimento. Porto: Fronteira do Caos, 2009.
- HAAS, H.. Migration and Development: A Theoretical Perspective. Oxford: International Migration Institute, University of Oxford, 2008.
- JUSTO, W.R.; SILVEIRA NETO, R.M. Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil? O perfil do migrante interno brasileiro. In: Encontro Regional da ABET, 6, João Pessoa, 2007.
- LANGONI, C. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LIEBIG, T. SOUSA-POZA A. “Migration, Self-Selection and Income Inequality: An International Analysis, *Kyklos*, v. 57 (1), p. 125-146, 2004.
- MACIEL, F.T.; OLIVEIRA, A.M.H.C. Migração Interna e Seletividade: Uma aplicação para o Brasil. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 39, 2011, Foz do Iguaçu, Paraná 2011.
- MACIEL, P.J, ANDRADE, J e TELES, V. K. Convergência Regional Brasileira revisitada. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 2008.
- MENEZES-FILHO, N.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. de. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n. 2, 2004.
- MINCER, J. Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.
- MINCER, J. Schooling, Experience, and Earnings. *Human Behavior & Social Institutions*. National Bureau of Economic Research, New York, 1974.
- MISHRA, P, Emigration and Wages in Source Countries: Evidence from Mexico. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 82(1), p. 180-199, 2007.
- NEKBY, L. The Emigration of immigrants, return vs. onward migration: Evidence from Sweden”, *Journal of Population Economics*, 19: 197-226, 2006.

- PEREIRA, R.S.; ZAVALA, A.Z. Educação e Rendimentos do Trabalho no Brasil: Desafios de um cenário de transformações. *Revista de Estudios Transfronterizos*, v. XII, n. 2, p. 203-227, 2012.
- RAMALHO, H.M.B.; MOREIRA, I.T. Migração e Seleção: Evidências para o Brasil metropolitano. In: *Encontro de Economia Regional da ANPEC*, X, 2006, Fortaleza. Anais. Fortaleza, 2006.
- RIBEIRO, E. P.; BASTOS, V. M. Viés de Seleção, Retornos à Educação e Migração no Brasil. In: *XXVI Encontro Brasileiro de Econometria*, 2004.
- RIBEIRO, L. L.; CORREA, M. V. Migração e Seleção: Evidências para o Centro-Oeste brasileiro, *Revista Economia Ensaios*, v. 24, n.1, p.1-13, 2009.
- RIGOTTI, J.I.R., Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999 (tese de doutorado).
- ROY, A. Some thoughts on the distributional of earnings. *Oxford Economic Papers*, v. 3, p. 135-146, 1951.
- SANTOS Jr., E. R.; FERREIRA, P. C. e MENEZES-FILHO, N. Migração, Seleção e Diferenças Regionais de Renda no Brasil, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 35, n. 3, 2005.
- SANTOS Jr., E. R. Migração e Seleção: O caso do Brasil (Dissertação de Mestrado), Escola de Pós-graduação em Economia- EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.
- SANTOS, C. e FERREIRA, P. C. Migração e Distribuição Regional de Renda no Brasil, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 37, n. 3, 2007.
- SILVA, T. F.B; SILVEIRA NETO, R. M. Migração e Seleção no Brasil: evidências para o decênio 1993-2003. In: *Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e X Encontro Regional de Economia*, Fortaleza, p.1-16, 2005.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB. 1980.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria, uma abordagem moderna*. 5ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

